



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

1 **ATA DA 2º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITE DE BACIA HIDROGRÁFICA**
2 **BAÍA DE GUANABARA-CBH-BG- REALIZADA NO DIA 07 DE ABRILDE**
3 **2014.Gravação disponível.** Ao sétimo dia do mês de abril de 2014, com início às
4 15h00min, com estabelecimento de quórum, e término às 17h00, foi instalada a 2ª reunião
5 extraordinária do CBH-BG, no auditório do Anexo do Palácio Guanabara à Rua Pinheiro
6 Machado s/nº, Laranjeiras, município do Rio de Janeiro, com a presença de 16membrese 10
7 convidados, conforme relação ao final desta Ata, com a seguinte Ordem do Dia: **1. Leitura**
8 **e Aprovação da Ata da 1ª. R.E. de 2014, 2. Plano de Recursos Hídricos do Paraíba**
9 **do Sul (CEIVAP), 3. Definição de ações visando promover a articulação e**
10 **integração das atividades dos agentes públicos e privados na construção do Pacto**
11 **de Gestão para Segurança Hídrica do Sistema Paraíba do Sul –Guandu, em**
12 **especial diante dos riscos ao desenvolvimento regional e para o abastecimento**
13 **humano de uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes da**
14 **região hidrográfica V, dependentes dos Recursos Hídricos do rio Paraíba do Sul.**A
15 plenária foi aberta pelo Diretor-Geral, Sr. Jaime Azulay, que convidou a participar da mesa o
16 representante do Ministério Público Estadual, o Sr. José Alexandre Maximino Mota; o
17 representante do Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sr. Alexandre
18 de Bonis; o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Magé, Sr. Leandro Vidal; o Diretor
19 Executivo da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul -
20 Agevap, André Marques, e o Deputado Federal Fernando Lopes. Iniciando pelo item 02, o
21 Diretor-Geral se desculpou pela reunião ocorrer numa segunda-feira, mas considerou o tema
22 de relevante importância para que todos se sentem à mesa para discutir a proposta de
23 transposição do rio Paraíba do Sul defendida pelo governo do estado de São Paulo. Informou
24 que fez um convite ao Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio
25 Paraíba do Sul-Ceivap para apresentar o estudo que está sendo realizado pela Agevap, e que
26 aquele está representado pelo Diretor-Executivo, Sr. André Marques. Comunicou que
27 participou de reunião com o presidente do Ceivap, tanto na Assembleia Legislativa do Estado
28 do Rio de Janeiro- Alerj em uma audiência pública sobre o assunto, como no dia 01 de abril,
29 em Brasília, na Agência Nacional de Águas-ANA com a presença do Ceivap, dos CBHs
30 afluentes do rio Paraíba do Sul, o CBH Guandu e o CBH Baía de Guanabara. Havidido ido à
31 reunião como representante do CBH-BG por esta ser a região hidrográfica mais impactada
32 por não ter, a princípio, outra opção de abastecimento considerando o volume de água que



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

33 os 09 milhões de habitantes do Rio de Janeiro demandam. Comentou sua impressão sobre o
34 presidente da Agência Nacional de Águas-ANA, na reunião em Brasília, não parecer estar
35 muito preocupado com o assunto, enquanto ele esperava que a ANA atuasse como parte do
36 processo de discussão, já que se nada for feito significava a ANA autorizar os 04m³/s de
37 vazão que São Paulo reivindica hoje. Convidou, então, o Sr. André Marques para fazer a
38 apresentação do estudo da Agevap e comparar com as alternativas que o estado de São
39 Paulo tem para obtenção de água para a região Macro Metropolitana de São Paulo. E antes
40 de passar a palavra, informou que a apresentação será disponibilizada pelo CBH-BG, e que
41 havia conseguido a Nota Técnica do Operador do Sistema Nacional – ONS; e que naquele dia
42 a ANA havia solicitado o recolhimento da NT por esta ser explícita ao afirmar a
43 impossibilidade de se pode retirar água do rio Paraíba do Sul. O Diretor-Geral informou que
44 disponibilizou algumas cópias da NT da ONS e que a enviaria também por e-mail a quem se
45 interessasse. O Sr. André Marques agradeceu o convite, cumprimentou a todos os presentes,
46 e informou que sua apresentação é uma análise do estudo que o governo de São Paulo (via
47 o Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE) fez através da Cobrape, uma empresa de
48 renome, sobre abastecimento de água - na verdade um Plano Diretor-, para os 03 tipos de
49 uso: para irrigação, para abastecimento urbano e industrial até o horizonte de estudo de
50 2035. Foi definida a região da Macro MetrÓpole, que é a região que vai do Rio de Janeiro,
51 pega a Baixada Santista e Campinas até a região de Sorocaba, e se considera como se daria
52 o crescimento desta região até 2035, e de onde se tiraria a água para abastecer toda esta
53 população. O estudo considera 03 cenários: o tendencial, intensificado e gestão e controle. O
54 cenário tendencial é voltado para cálculo de um crescimento normal. No cenário
55 intensificado, considera São Paulo sob um forte crescimento. E o cenário de gestão e
56 controle, o mais interessante, que é o que todo mundo sonha, mas ninguém implanta,
57 segundo ele. Tendo os 03 cenários já mencionados, o estudo considera as reduções de 60,3
58 m³/s; 73,3m³/s e 28m³/s, respectivamente. E mostra que a Macro MetrÓpole de São Paulo
59 tem, hoje, uma perda no abastecimento urbano de 41 m³/s. E a dúvida levantada pelo Sr.
60 André Marques é que se há uma necessidade que vai de 73,3m³/s a 28m³/s é porque se
61 considera apenas as possibilidades para um dos cenários, o de crescimento tendencial,
62 descartando o de comando e controle, por exemplo. O Sr. André Marques acha, ao contrário
63 do estudo da Cobrape, que seria interessante trabalhar forte nas questões de gestão e
64 controle. Informou que se houvesse em SP uma redução da perda em 20% já se conseguiria



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

65 cobrir a parte do crescimento urbano estimado para frente. Destacou que para chegar aos
66 60m³/s, o estudo indica a necessidade de vários arranjos, e chega a um final de 10 arranjos
67 e menciona os mais interessantes e as vazões de cada um. O estudo trabalha a variação das
68 soluções para ver qual o mais fácil de fazer, e o rio Paraíba do Sul não é o mais fácil. O
69 próprio estudo indica que considerar o rio Paraíba do Sul resultaria em conflitos regionais
70 pelos atores que estão na Bacia Hidrográfica. O Sr. André Marques se disse surpreso com a
71 escolha pelo arranjo 05, e destacou que SP tem alternativas hídricas que o RJ não
72 tem. Lamentou que a discussão de crescimento industrial não seja vinculada à existência de
73 água, mas a vantagens tributárias, por exemplo, descontos de ISS, ICMS. O momento,
74 destacou, é de Pacto entre os 03 Estados, e o Comitê de Bacia nesse momento tem que estar
75 muito forte nisso, pois é ele quem aprova o Plano de Bacia, aprova os usos múltiplos da
76 água. Criticou a tendência da ANA por apoiar SP e esperava que a ANA fosse protagonista no
77 debate, oferecesse soluções, e não criasse mais problemas. Solicitou apresentar um estudo
78 encomendado pelo Ceivap à empresa Cohidro, um Plano Integrado de Recursos Hídricos da
79 Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul abrangendo SP, RJ e MG. O estudo está em fase
80 adiantada, já tendo passado da fase de diagnósticos, e foca no balanço hídrico do rio Paraíba
81 do Sul para que se conheça quanto há de água na Bacia. O estudo propõe, de forma
82 pioneira, pontos de controle ao longo da Bacia do rio Paraíba do Sul, isto é, a qualidade e
83 quantidade de vazão que um estado tem que entregar para o outro; e o ideal é que
84 houvesse mais pontos de controle. Em primeira tentativa de acordo quanto aos pontos de
85 controle, os estados do RJ e MG já concordaram enquanto SP levou a proposta para estudar
86 e dar uma resposta posteriormente. Assinalou que o estudo de SP para na represa do Funil e
87 o estudo da Cohidro, contratado pelo Ceivap, estudou após o Funil, ao longo do Paraíba do
88 Sul, com pontos de medição. O estudo da Cohidro mostra que depois da transposição para o
89 Guandu, há uma região de seca no RJ, que chove pouco, criando mais um momento de
90 crise. E depois na região de Campos também chove pouco, outro momento de crise. Após a
91 transposição para o Guandu, é garantida uma vazão de 71 m³/s e depois, os grandes rios
92 alimentadores - o Preto, o Paraíba, o Paquequer, o Piabanha-, alimentam com mais água.
93 E deveria haver na foz do rio, nessa época, uma vazão gigantesca, e não é o que acontece.
94 O RJ tem problemas em seu território com regiões que têm escassez hídrica sendo a
95 transposição é um dos problemas, alertou o Sr. André Marques. Informou que o estudo da
96 Cohidro pega todas as vazões de demanda e de retorno ao longo da Bacia do rio Paraíba do



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

97 Sul, e pelas medições que foram feitas, a vazão está, hoje, em 62,4m³/s, provando que os
98 números a que se chegou não estão muito longe da realidade. Está se conseguindo, então,
99 enviar 119 m³/s para o RJ, mas o mínimo de vazão de 71 m³/s para baixo, garantido na
100 Resolução da ANA, não se está conseguindo garantir mais, ou seja, nem o acordado está
101 sendo atendido hoje. Não se está atendendo a segurança hídrica do estado do Rio de
102 Janeiro. Defendeu que não adianta fazer estudos somente até a represa do Funil, mas sim
103 para toda a Bacia do rio Paraíba do Sul. E lembrou que é isso que o estudo da ONS está
104 dizendo: estamos em um momento de crise, vai ter que haver restrições nas represas, pois,
105 do contrário, haverá falta de água em novembro de 2014 no estado do RJ, se houver a
106 transposição das águas do rio Paraíba do Sul para SP. E questionou a atitude do governo de
107 SP por colocar em risco todo o trabalho realizado até o momento pelo Ceivap-Cohidro, que
108 custou R\$ 3 milhões de reais, pagos pela ANA. Ressaltou que o estudo de SP gera dúvidas,
109 apesar de bem feito. E indicou sua primeira dúvida de se ter estudado só até o Funil. E a
110 segunda dúvida é a razão da solução 01 não ter sido escolhida, que o próprio estudo
111 contratado pelo governo de SP indica ser o melhor arranjo e a solução mais barata, e essa é
112 uma discussão que o Ceivap quer fazer tecnicamente com o estado de São Paulo.
113 Agradeceu a atenção de todos. O Diretor-Geral, Sr. Jaime Azulay, destacou que o assunto
114 preocupa há tempos, desde 2006, e como exemplo citou a carta redigida no Encontro
115 Nacional de Comitês de Bacia Hidrográficas- Encob, em novembro de 2013, e dirigida ao
116 governo de São Paulo solicitando que discutisse a proposta de transposição do rio Paraíba do
117 Sul, para a qual não se obteve resposta. Diante disso, em dezembro de 2013, foi realizado
118 encontro do Serpasul, no RJ, por dois motivos: surpreendentemente, a ANA queria aumentar
119 a outorga do rio Paraíba do Sul, no que foi questionada pelos presentes, e também ficou
120 conveniado naquele dia que todos sentariam à mesa para discutir o estudo encomendado
121 pelo governo de São Paulo à Cobrape. Reforçou que a questão é haver um pacto para
122 enfrentar o problema que se apresenta, e, também, fazer o dever de casa: diluição de
123 esgoto, perdas, tanto aqui quanto em SP e MG. Informou que o RJ perde 19,6m³/s de água
124 tratada e SP perde 41m³/s, mas a proporção do sistema de lá é maior que o Rio. Passou a
125 palavra ao Sr. José Miguel da Silva (Ecocidade), membro do SC Oeste, que assinalou que a
126 referência nesta discussão tem sido a ANA, mas sugeria procurar a posição do Conselho
127 Nacional de Recursos Hídricos- CNRH. Perguntou se existia um caminho político para ser
128 mobilizado no RJ, ou é pela técnica que se iria tratar a questão. O Diretor-Geral informou



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

129 que naquele momento estava chegando o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Luis
130 Fernando Pezão. O Diretor-Geral, dirigindo-se ao Governador do Estado do RJ, informou que
131 o motivo da reunião era o impacto da declaração do governo de SP de captar 5m³/s do rio
132 Jaguari para resolver o equilíbrio do Sistema Cantareira, a princípio. E que todos os CBHs do
133 RJ estavam empenhados, inclusive os CBHs de SP, em questionar ao governo de SP a razão
134 dessa forma abrupta de noticiar o projeto de transposição. Destacou que SP não pode ficar
135 sem água, mas todos têm que sentar à mesa para conversar tecnicamente sobre a
136 viabilidade deste projeto. O Governador perguntou, então, o que estava sendo feito. O
137 Diretor-Geral respondeu que o CBH-BG e demais CBHs do estado do RJ junto com a SEA, o
138 INEA, a ANA, o Ceivap estavam tratando do assunto, inclusive, tendo ocorrido reunião no dia
139 02 de abril em Brasília, semana passada, para conversar com o presidente da ANA. E que a
140 Agência, na figura de seu presidente, passou a impressão de que não será mediador nesta
141 questão, deixando a negociação para ser feita entre os estados envolvidos e os CBHs, e que
142 se não se chegasse a uma negociação, ele, então, arbitraria a questão. À pergunta do
143 Governador se todos os 03 entes (RJ, SP, MG) estavam presentes, o Diretor-Geral respondeu
144 que estiveram na reunião o presidente do CEIVAP, que é o Secretário de Meio Ambiente de
145 MG, os representantes dos CBHs do RJ diretamente afetados, incluindo o CBH-BG, o
146 secretário de meio-ambiente de SP, um representante do DAEE (quem dá outorga e a
147 licença ambiental em SP). Informou ao Governador que tem conhecimento que a licença
148 emergencial já está dada pela ANA a SP, e a outorga também, ou seja, a retirada de
149 5,3m³/s até chegar ao máximo de 8,5m³/s. E há outras opções a serem consideradas,
150 destacou o Diretor-Geral. O Diretor-Geral informou que o assunto vai chegar ao CNRH,
151 respondendo à pergunta de Sr. José Miguel da Silva, só que o Governo Federal tem maioria
152 no Colegiado e se tomar uma posição a favor de SP, ganha. Mas considerou que esta forma
153 de atuar não é boa para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. O Diretor-Geral
154 destacou a relevância dos Comitês de Bacia e afirmou que no estado do RJ os CBHs estão
155 bem adiantados, funcionando, com seu fortalecimento bem definido pela Lei. E em nome de
156 todos os CBHs do estado do Rio de Janeiro, o Diretor-Geral solicitou ao Governador do ERJ
157 que os Comitês de Bacia sejam trazidos para a discussão, pois são eles que primeiro dirimem
158 as dúvidas, inclusive por Lei Federal. Informou ao Governador do Estado do RJ que ali
159 estavam representantes do poder estadual, municipal, organizações não governamentais e
160 setor usuário, que são os interessados que podem ficar na linha de frente para que



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

161 depois, em outra instância maior, seja decidida a questão. Neste sentido esta etapa cabe aos
162 Comitês devido ao debate técnico que está apresentado. O Governador perguntou de qual
163 estado era o Presidente da ANA, e foi-lhe dito que era de SP, do PCJ (Bacia do Piracicaba).
164 O Diretor-Geral entregou ao Governador do ERJ a Moção dos CBHs do Estado do RJ, de 26
165 de março; a Nota Técnica no. 01 do Inea, de 26 de março; e a Nota Técnica da ONS, de 30
166 de março. E no sentido de alertar o Governador do ERJ sobre a situação de escassez hídrica,
167 o Diretor-Geral do CBH-BG informou a este que a ONS emitiu uma nota técnica no dia 30 de
168 março e que foi dada ordem para que ela não circulasse, mas que ele havia conseguido o
169 documento, e que na NT da ONS é dito, tacitamente que não se pode retirar a água do rio
170 Paraíba do Sul por comprometer o abastecimento do estado do Rio de Janeiro nos meses
171 vindouros. O Governador do ERJ informou que, na prática, aquele era o seu primeiro dia de
172 trabalho como Governador. E que o assunto tratado era um dos problemas que mais aflige,
173 e relatou sua relação histórica com o Comitê da Baía de Guanabara. Lembrou que quando
174 Prefeito de Piraí entrou numa briga na Justiça pela compensação ambiental dos recursos
175 financeiros da Light, que ia para três municípios de SP e o governo de SP, e ele levou o
176 pleito para que viesse para o Rio de Janeiro, isto em 1998/1999, no governo Brizola. Foi
177 informado ao Governador, pelo Deputado Federal Fernando Lopes, que o estudo contratado
178 pelo estado de SP, apresentado naquela reunião anteriormente pelo Sr. André Marques,
179 braço executivo do Ceivap, mostra várias alternativas que o estado de SP tinha, com várias
180 intervenções, para obtenção de água. Com a palavra, o Sr. André Marques resumiu ao
181 Governador a sua apresentação feita anteriormente, destacando a escolha, pelo governo de
182 SP, não explicada por este até o momento, de 01 arranjo dentre 10 possíveis e que afeta
183 sobremaneira a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro desde já. E ressaltou a
184 parcialidade do estudo contratado que só vai até o trecho paulista da Bacia do rio Paraíba do
185 Sul, deixando de lado, por exemplo, o estudo sobre a região mais seca do RJ, após o
186 Guandu até a foz do rio Paraíba do Sul, e que a vazão que passa hoje já está passando
187 abaixo do contratado pelas regras atuais da transposição do rio Paraíba do Sul. Beatriz
188 Penna (Instituto Walden) manifestou sua preocupação de que os Comitês de Bacias não
189 sejam envolvidos no debate técnico deste assunto, e a decisão política sobreponha-se à
190 técnica, o que, para ela, retiraria a característica democrática e participativa dos Comitês de
191 Bacia colocando a perder todo um sistema construído com muito esforço e empenho de
192 muitos. O Governador do ERJ solicitou que lhe preparassem um documento já que ele fora



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

193 chamado a uma audiência com a Presidente da República. Sra. Dilma Rousseff, no dia
194 seguinte à tarde em Brasília. O Diretor-Geral do CBH-BG informou ao Governador que a
195 documentação que estava sendo entregue a ele na reunião atendia à sua solicitação. O
196 Governador se comprometeu a conversar com a Presidente da República e que levaria,
197 então, informações substanciais para que ele pudesse apresentar a posição do Rio de
198 Janeiro. O Governador afirmou querer se reunir algumas outras vezes com o CBH-BG para ir
199 entendendo dos assuntos e avançar nas questões debatidas. Informou que estava
200 solicitando um pleito grande na área ambiental, construindo o Guandu 02 para enfrentar a
201 chaga que é ainda ter área da região metropolitana do Rio sem abastecimento de
202 água. Colocou-se à disposição para ajudar. O Sr. André Marques reforçou a solicitação da
203 Sra. Gláucia Sampaio (INEA) feita ao Governador para que este enviasse um representante
204 do seu Gabinete à reunião do dia 09 de julho em Brasília, muito importante, por ser a
205 segunda reunião a reunir os agentes políticos –os representantes dos três estados- e o setor
206 técnico com o Presidente da Agência Nacional de Águas. O Diretor-Geral destacou ao
207 Governador que o objetivo é reunir todos os envolvidos em torno da gestão dos recursos
208 hídricos visando um Pacto amplo, incluindo os Comitês de Bacia. O Governador concordou.
209 Após isso, o Governador do Estado do RJ despediu-se de todos. O Diretor-Geral retomou a
210 reunião do CBH-BG e informou que a obra proposta por SP, ao custo de R\$ 500 milhões, já
211 começou e só fica pronta em dezembro de 2015. Acredita que seja possível parar a obra e
212 se chegar a um consenso. Agradeceu ao Sr. André Marques pela palestra. À observação do
213 Sr. José Miguel Silva de que inexistia uma posição política do Ceivap e dos Comitês, o
214 Diretor-Geral do CBH-BG destacou que todos estão se manifestando e indo às reuniões só
215 que a discussão está atrasada em dois anos, pelo menos. Destacou a relevância da
216 presença do Governador do Estado do Rio de Janeiro que além de prestigiar a reunião do
217 Comitê Baía de Guanabara, é também relevante para os demais comitês de Bacia. Destacou
218 que aquela plenária contava, também, como o Sr. José Alexandre Mota, representante do
219 Ministério Público Estadual. Ressaltou a necessidade dos comitês saírem da invisibilidade,
220 sendo este um caminho no qual o estado do Rio de Janeiro está adiantado em relação aos
221 outros Estados que nem mesmo possuem qualquer instrumento de cobrança. Não é uma
222 questão tão simples, é um arranjo que precisa ser discutido pelos comitês de bacias, os
223 órgãos gestores fazem o lado técnico e político, trazem as informações e pesquisas, mas a
224 discussão final precisa ser do comitê. O Deputado Fernando Lopes, com a palavra,



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

225 agradeceu o convite para participar da reunião e afirmou que diminuir a capacidade do rio
226 Paraíba do Sul enquanto as nossas necessidades aumentam é uma coisa que inviabilizará
227 qualquer política de desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos. O
228 Diretor-Geral convidou o Sr. Alexandre de Bonis para participar da mesa para fazer a leitura
229 da minuta de Resolução CBH-BG nº17, de 07/04/2014. A leitura foi feita e as sugestões de
230 alteração foram todas levadas em consideração. A Resolução foi aprovada. E não havendo
231 nada mais a tratar, o Diretor-Geral deu por encerrada esta reunião, tendo a presente ata
232 sido lavrada por mim, Sandra Tosta Faillace, sendo este documento apreciado pelo Diretor-
233 Secretário, e esta ata, depois de aprovada, será assinada pelo Diretor-Geral, Sr. Jaime
234 Teixeira Azulay, e pelo Diretor-Secretário Alexandre Braga, do Comitê da Bacia Hidrográfica
235 da Baía de Guanabara.

236
237
238 Alexandre Braga
239 Diretor-Secretário
240

236
237
238 Jaime Teixeira Azulay
239 Diretor-Geral
240

241 **LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CBH-BG**

242 INEA: Gláucia Freitas Sampaio (titular); Pref. Municipal de Magé: Leandro Vidal (titular),
243 Maria Aparecida de Resende (substituta); Pref. Municipal do Rio de Janeiro: Alexandre de
244 Bonis (titular), Nova Cedae: Jaime Teixeira Azulay (titular); Fecomércio: Vinicius Crespo
245 (substituto); Clube dos Caiçaras: Francisco Salles Lago (titular); Iate Clube do Rio de Janeiro:
246 Nicolas Bourbon (suplente); Clube Naval (Departamento Esportivo): Carlos Buarque Viveiros
247 (titular); Faferj: Cristina Novaes (suplente); Movimento Pro-Restinga: Izidro Paes Leme
248 Arthou (titular); CCRON: Alexandre Carlos Braga (titular); IBG: Carlos Viveiros Buarque
249 (substituto); Bicuda Ecológica: Rejany F. dos Santos (titular); Rede Greenbelt: Ediel Caldas
250 dos Santos (titular); UFRJ: José Paulo Soares de Azevedo (titular); ABES-RJ: José Alfredo C.
251 Sertã (titular); Instituto Walden: Beatriz Penna (suplente); Ecomarapendi: Vera Chevalier
252 (suplente); Instituto Terra Azul: Marcos Lacerda (titular); Amar Barra: Claudio de Torres
253 Carvalho (suplente).

254 255 **LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DOS SUBCOMITÊS**

256 Instituto Raízes em Movimento: Flora T.T.de Almeida; Ecocidade: José Miguel Silva;
257 FNTTAA: David da Costa Villar Filho; CCRON: Katia Vallado.

258 259 **LISTA DE PRESENÇA DE CONVIDADOS**

260 Ministério Público Estadual: José Alexandre Maximino Mota, Tatiana Vieira; Câmara
261 Deputados/ Deputado Federal: Fernando Lopes; ICRJ: Emmanuel Cabalé,
262 Geagua/Digat/Inea: Sandra Faillace, Alexandre Spíndola.

263 20/07/2014 - STF

264 **Ata aprovada na 4ª. Reunião Extraordinária em 21/08/2014.**